

Sexta-Feira, 23 de Outubro de 2026

Como Transformar Ideias em Leis: O Caminho da Iniciativa Popular em Mato Grosso

Conheça o processo legislativo que permite aos cidadãos apresentar propostas à ALMT e acompanhe como suas ideias podem virar leis.

A população mato-grossense possui um instrumento poderoso para participar diretamente da vida política: a iniciativa popular no processo legislativo. Através dessa ferramenta democrática, qualquer cidadão pode encaminhar propostas à Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) com potencial para se transformarem em normas legais. Contudo, a Constituição Estadual estabelece requisitos específicos para sua viabilização, exigindo que o projeto conte com assinaturas de no mínimo 1% dos eleitores distribuídos em pelo menos cinco municípios diferentes do estado.



A relação próxima entre representantes e eleitores pode acelerar significativamente este percurso, viabilizando legislações que respondam mais rapidamente às demandas sociais. Propostas inovadoras relacionadas a áreas críticas como educação, saúde ou defesa dos direitos do consumidor podem ser direcionadas aos deputados estaduais e evoluir para projetos de lei com força transformadora na sociedade.

Gabriel Lucas Scardini Barros, consultor de serviços legislativos da ALMT, aponta que todo projeto de lei deve primeiro responder uma questão fundamental: se possui relevância pública. Esta avaliação é conduzida por uma comissão especializada conforme o tema. Projetos ligados à segurança pública, por exemplo, serão analisados pela Comissão correspondente nessa área.

Seguindo os protocolos do Regimento Interno, a proposta também passa por análise da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, responsável por verificar sua compatibilidade com a Carta Magna. Uma vez aprovado pelo plenário, o documento chega ao governador estadual, que possui duas alternativas: sancionar a

medida, transformando-a em lei e publicando-a, ou vetá-la, retornando aos deputados com justificativas para sua rejeição.

Conforme Barros, os debates mais profundos acerca de projetos legislativos transcorrem nas reuniões das comissões parlamentares, que são abertas ao público. Nenhum projeto segue para votação em sessão plenária sem passar antes por análise comissional.